CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1301/79

INTERESSADO: MARLI IZILDA NOGUEIRA ZEI

ASSUNTO: Cumprimento do Parecer CEE nº 1542/79

RELATOR: Cons. RENATO ALBERTO T. DI DIO

PARECER CEE Nº 315/80 - CSG - Aprov. em 05/03/80

I - RELATÓRIO

HISTÓRICO

Pelo Parecer CEE nº 1542/79, aprovado por unanimidade pelo Conselho Estadual de Educação e publicado no Diário Oficial em 11-12-79, foi determinado o seguinte: "Dá-se provimento ao pedido de reconsideração para o fim de convalidar a matrícula de Marli Izilda Nogueira Zei, na 2ª série do 2º grau da Escola Estadual de Segundo Grau "Rui Bloem", em 1979, bem como os atos, escolares posteriores, desde que curse, em regime de dependência, História e Biologia, em nível de 1ª série de 2º grau em 1980".

Em 15-2-1980, Maria Izilda Nogueira Zei, alegando que a direção do estabelecimento a impediude realizadas as avaliações do final do ano, recusando-se a atender às determinações deste Conselho, solicita autorização para realizar exames especiais das disciplinas da 2ª série do 2º grau, habilitação específica para o magistério, em outro estabelecimento de ensino, a fim de que possa dar prosseguimento aos seus estudos. Esclarece, outrossim, que pretende transferir-se para a EESG "Roldão Lopes de Barros".

Antes de exarar um parecer sobre o assunto, procuramos entrar em contato com o Diretor da Escola, antes por meio da Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo e, em seguida, por contato telefônico.

Apesar das reiteradas e insistentes tentativas, não conseguimos falar com o mencionado Diretor. Tudo que pudemos saber foi que o Diretor teria representado ao Sr. Secretário, recusando-se a cumprir o Parecer nº 1542/79, por entendê-lo ilegal e contrário à Resolução nº 122, de 12-12-78.

APRECIÇÃO

Embora não tenha sido dito expressamente no Parecer, é óbvio, pelos termos em que foi vasado, que a solução alvitrada o foi a título excepcional.

Mas o de que se trata, agora, não é de sustentar a propriedade da decisão deste Conselho. Trata-se de preservar sua autoridade e de fazer prevalecer as normas processuais em vigor.

O Diretor da Escola tem todo o direito de representar ao Sr. Secretária. O que não pode é recusar-se a dar cumprimento ao Parecer. Este Conselho não é nem nunca teve a pretensão de ser infalível. Suas decisões são passíveis de reforma pelo próprio Conselho e pela justiça. Mas, enquanto não tiveram sido reformadas, devem ser cumpridas, mesmo porque a representação não tem efeito suspensivo.

Com a situação criada, que torna o mencionado Diretor impedido de presidir aos exames finais da 2ª série, afigura-se-nos o deferimento do pedido com a melhor solução para o caso.

II - CONCLUSÃO

Autoriza-se, a título excepcional, Marli Izilda Nogueira Zei a prestar exames especiais das disciplinas da 2ª série do 2º grau, Habilitação Específica para o Magistério. Se for aprovada em tais exames, que deverão ser prestados na EESG "Roldão Lopes de Barros", poderá matricular-se, em 1980, na 3ª. série, desde que curse, em regime de dependência, História e Biologia, em nível de 1ª série do 2º grau.

Cópia deste Parecen deve ser enviada ao Sr. Secretário da Educação para as providências cabíveis.

São Paulo, 4 de março de 1980.

a) Con. RENATO ALBERTO T. DI DIO - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio Ferreira da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, José Maria Sestílio Mattei, Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto T. Di Dio.

CEEG, em 5 de março de 1980.

a) Cons. JOSÉ AUGUSTO DIAS - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 05 de março de 1980.

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR

Presidente